
*Posicionamento de integrantes da ONG
„Cooperação Brasil“ (Kooperation Brasilien e.V)*

Brasilien: „Não vai ter golpe!“

Este é o lema, desde o dia 18 de março de 2016, das forças democráticas no Brasil, dispostas a impedir o impeachment da Presidenta Dilma Roussef (PT).

Adversárias e adversários do processo já iniciado – sindicalistas, trabalhadoras e trabalhadores rurais, integrantes da „Frente Brasil Popular“ e muitas outras pessoas – caracterizam este processo como um „golpe branco“. É que não se trata de tomada do poder por militares com emprego da força, mas sim da deposição, sem razão jurídica suficiente, de uma Presidenta eleita diretamente pela população, agora porém transformada em alvo de processo promovido pela oposição direitista. Semelhantes procedimentos observaram-se, por exemplo, na Honduras em 2009 e no Paraguai em 2012, onde presidentes eleitos foram igualmente depostos por uma aliança oposicionista composta pela mídia, a justiça e o parlamento. Por mais que parte da mídia tente fundamentar uma percepção contrária, o de que se trata nesta tentativa de impeachment não é o envolvimento da Presidenta no escândalo da corrupção, a abalar todo o panorama político brasileiro na atualidade. O que se apresenta como alicerce jurídico para o processo pretendido consiste em supostas violações da lei orçamentária, com as quais o governo – sem a devida autorização parlamentar – teria tomado dinheiro emprestado a curto prazo junto a bancos oficiais. Este procedimento não é permitido pela lei orçamentária, mas governos anteriores têm lançado mão do mesmo, sem que surgissem quaisquer consequências jurídicas. Trata-se, portanto, de uma fundamentação legal capciosa e forjada para encobrir a razão verdadeira. Eis por que consideramos o impeachment como um processo motivado por razões políticas. Não é uma justiça independente que está a decidir o mérito das objeções levantadas, mas sim um parlamento cujos membros, em grande parte, estão eles próprios sob a acusação de corruptos. Contra o próprio presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que dirige o processo aplicando truques do regulamento parlamentar, está em curso um processo de impeachment baseado em acusações de corrupção e posse de contas bancárias para lavagem de dinheiro na Suíça.

Para as numerosas iniciativas, instituições e pessoas físicas que há muito se vêm engajando na solidariedade com o Brasil, não há como preservar de críticas

*Mit KoBra näher an Brasilien! KoBra ist als gemeinnützig anerkannt. Spenden auf unser
Konto GLS Bank, IBAN: DE54 4306 0967 8042 1808 00, BIC: GENODEM1GLS sind steuerlich absetzbar.*

aspectos problemáticos das políticas dos governos de Lula e Russef ou minimizar o envolvimento de importantes pessoas do PT em casos de corrupção. Para muitos dentre nós, na Alemanha, Áustria e Suíça, foi doloroso presenciar o esvaziamento de reformas ou a imposição de controvertidos megaprojetos. Isto, porém, não reduz de forma alguma o reconhecimento dos históricos sucessos obtidos pelos governos de Lula e Dilma na eliminação da fome, no combate gradual e eficaz da pobreza e na diminuição, por mínima que fosse, da desigualdade social.

Devido à atual recessão econômica e ao combate à corrupção empreendido pela justiça contra grandes empresas e políticos de todos os partidos, todo o sistema político foi atingido por profunda crise. No entanto, foi o Partido dos Trabalhadores que criou o condicionamento institucional para enfrentar de modo mais eficaz a corrupção. As forças conservadoras instrumentalizam abusivamente esta crise para seus próprios objetivos políticos, desferindo deste modo um ataque à democracia. Se bem sucedido, o impeachment levará à presidência o vice-presidente Michel Temer, que entrementes se declarou pertencente à oposição conservadora. Surge assim o perigo do desmonte das conquistas sociais dos últimos anos. Em nossa opinião, o atual processo de impeachment não resolverá o atual bloqueio político, econômico, social e ecológico do Brasil.

Eis por que os signatários apoiamos a reivindicação das forças democráticas no Brasil: „Não vai ter golpe!“